

1 Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, as catorze horas, foi  
2 realizada a Tricentésima Décima Segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de  
3 Saúde da Paraíba, constatando quórum legal, o presidente Antonio Eduardo Cunha  
4 iniciou a reunião com os informativos, passando a palavra para o conselheiro Jamacyr  
5 que falou da realização do “Participa Mais” em Campina Grande e Patos, promovido  
6 pelo CNS, em parceria com a Educação Permanente do CES, então o presidente  
7 passou a palavra para o conselheiro Pedro Paulo, este falou que esteve nos dias 03 e  
8 04/04 foi a Salvador para conhecer o sistema de conferência desse estado participando  
9 de capacitação e que o CES/PB receberá o programa gratuitamente, em termos de  
10 convênio para a próxima conferência. O presidente falou que o sistema precisa de  
11 provedor e falou com a conselheira e secretária executiva da SES Renata Nóbrega que  
12 marcou reunião para interagir com a CODATA. Em seguida o presidente passou a  
13 palavra para o conselheiro Marcelo, este falou da lei 8.142 de 28/12/90 art.1º parágrafo  
14 2º, disse que diante dessa lei faz um apelo à SES, inclusive na última reunião falou-se  
15 da necessidade de fazer no CES uma apresentação com os conselheiros para  
16 conhecimento mais aprofundado sobre a implantação de vários hospitais oncológicos  
17 no nosso estado, pois sabe-se da dificuldade dos usuários em ter acesso a esse tipo de  
18 assistência. Falou que ontem aconteceu o lançamento do programa “Paraíba Contra o  
19 Câncer” voltado a ampliação e estruturação da rede Oncológica do estado no Espaço  
20 Cultural e disse que o conselho não aprofundou o debate, não contribuindo com a  
21 proposta, fazendo inclusive a ressalva que a CIB (Comissão Intergestora Bipartite)  
22 órgão colegiado onde as pactuações precisam ser deliberadas no CES/PB, então falou  
23 que a SES junto aos municípios estão construindo nova proposta da PPI (Programação  
24 Pactuada e Integrada) trazendo essa discussão para pactuações, contratualizações,  
25 com repasses de recursos do governo federal para o estado e prefeituras e que nós  
26 temos o dever de contribuir quanto controle social, para que essa nova PPI seja  
27 implantada com uma nova realidade. Nessa ocasião o conselheiro Jamacyr justificou a  
28 falta da conselheira Emanuela S. Maciel Grangeiro. Em seguida o presidente passou a  
29 palavra para o conselheiro Edson que falou sobre os comerciantes que estão às  
30 margens das BRs 230 e 101, para fazer parceria, buscando emenda parlamentar da  
31 bancada federal com o governo do estado, para solucionar os problemas das pessoas,  
32 trabalhando e prestando serviços sem infraestrutura. O presidente passou a palavra  
33 para a conselheira Ana (COSEMS) esta falou que a CIB é sim uma instância de caráter  
34 deliberativo conforme Regulamento e Resolução 258 de 18/11/22, achando louvável o

35 posicionamento de Marcelo enquanto conselheiro de saúde, de se apropriar cada vez  
36 mais das demandas e decisões que a SES e municípios venham a tomar. O presidente  
37 passou a palavra para a conselheira Mãe Renilda que agradeceu por representar o CES  
38 em Patos no evento Liberdade Religiosa. O presidente voltou a palavra para ao  
39 conselheiro Marcelo que solicitou da conselheira Ana a resolução 268, e falou que em  
40 2006º o Ministério da Saúde lançou coletânea de normas para o controle social no SUS,  
41 na pág. 51 fala que: no âmbito estadual; 2.2.1.Comissão Intergestora Bipartite integrada  
42 paritariamente por dirigentes da SES e do órgão de representação de secretarias  
43 municipais do estado deverá ser criada e formalizada através de portaria por Secretário  
44 Estadual de Saúde, sendo a instância privilegiada de negociação e decisão quanto aos  
45 aspectos operacionais do SUS; 2.2.1.1.O Secretário de saúde será membro nato;  
46 2.2.1.2.cada estado contará com Comissão Bipartite cujas definições e propostas  
47 deverão ser referendadas ou aprovadas pelo respectivo conselho estadual,  
48 submetendo-se a seu poder deliberativo e fiscalizador. Disse ainda que não é briga de  
49 poder e sim por políticas públicas de saúde para fortalecer o estado e municípios da  
50 Paraíba. Parabenizou o estado, a prefeitura de João Pessoa, o governo federal pela  
51 Caravana Federativa no Centro de Convenções dias 04 e 05/04/24 quando o governo  
52 federal trouxe para a Paraíba, ações, serviços e apoio aos município de ações  
53 vinculadas ao governo federal, sendo feitas nove sessões e doações ao estado da  
54 Paraíba como o Porto de Cabedelo, antigo lixão do Roger, doação do prédio da Cândida  
55 Vargas e outros. O conselheiro Pedro Paulo com palavra falou sobre o andamento da  
56 4ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, e que o CNS  
57 baixou uma resolução modificando as datas das conferências municipais para junho e  
58 estadual para agosto. Em seguida o presidente passou a palavra para a conselheira  
59 Renata que falou da transparência dos trabalhos junto a SES, referentes aos programas  
60 do governo que estão sendo implantados, ontem foi autorizado a implantação do  
61 programa "Paraíba Contra o Câncer". O mesmo teve discussão ampla na questão da  
62 gestão, primeiro da rede de serviços de alta e média complexidade que é gerenciado  
63 por João Pessoa e Campina Grande, a SES não coordenava, não regulava, mas com  
64 os problemas da pandemia do COVID iniciaram e conseguiram ser Centro Regulador.  
65 Também na obstetrícia o SES muito ajudou na parceria da regulação, conseguiu alinhar-  
66 se com João Pessoa e Campina Grande. Nesse mesmo caminho irão organizar a área  
67 da Oncologia, de muita importância para o estado junto com os dois executores João  
68 Pessoa e Campina Grande. Disse ainda que as questões da pactuação,  
69 contratualizações dos serviços, sempre passará pelo conselho, todo trâmite,  
70 orçamentos, transferências, serão acompanhados pelo conselho inclusive a tabela de  
71 pagamento que será aplicada com os serviços da área de oncologia, uma vez que a

H

72 consulta oncológica na tabela SUS é de R\$10,00 e não garante o cuidado necessário.  
73 Disse ainda que o governo do estado já autorizou 40 milhões para esta ação. Falou dos  
74 investimentos em ações do PAC ( Programa de Aceleração do Crescimento), aprovados  
75 Hospital de Clínicas de Campina Grande, Hospital de Trauma do Sertão, Hospital da  
76 Mulher (J.P), Hospital da Mulher do Sertão em Sousa, SERs Itabaiana, Esperança e  
77 Mamanguape, Duas Polyclinicas (J.P e C.Gr). Destacando que conseguiram mais de 60  
78 milhões em habilitações 2023, pediu apoio ao conselho para solicitar em Brasília os 158  
79 milhões de déficit de média e alta complexidade. O presidente falou que quanto ao  
80 "Opera Paraíba" o CES aprovou a tabela diferenciada a exemplo do estado de São  
81 Paulo, havendo um avanço em relação ao programa, realizando 100 mil procedimentos  
82 cirúrgicos. Voltando a palavra para a conselheira Renata ela falou que é nesse mesmo  
83 formato que será realizado os procedimentos em oncologia. O conselheiro Marcelo com  
84 a palavra falou da boa iniciativa do governo federal (PAC) abrindo para estados e  
85 municípios uma linha de financiamento, inclusive em João Pessoa duas Unidades  
86 Básicas de Saúde, um Centro de Atenção Psicossocial, mais uma polyclínica, a nova  
87 Maternidade Cândida Vargas e Maternidade Frei Damião, aumentando a oferta de leitos  
88 obstétricos. O Presidente com a palavra falou que o conselheiro que tiver interesse em  
89 participar das comissões do CES já estabelecidas na reunião anterior em número de  
90 sete, deixe seu nome e a comissão escolhida na secretaria. O mesmo colocou em  
91 votação a Ata da 311ª da reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. O  
92 conselheiro Pedro com a palavra falou das dificuldades com a 4ª CEGTES, disse que o  
93 CNS deliberou resolução autorizando os municípios fazerem as conferências até o mês  
94 de junho, então o presidente disse que falou com a conselheira Renata e a mesma  
95 informou que se reunirá com o CES e COSEMS. A conselheira Ana falou que está  
96 fazendo articulação com os gestores para agilizar o fechamento das datas. O presidente  
97 passou a palavra para Jamacyr, este falou que o prefeito Cícero Lucena deu ordem de  
98 serviço para fazer um Centro de Reabilitação (C4), o que vai ajudar muito a FUNAD no  
99 atendimento do autismo. Com a palavra o presidente, este parabenizou o governo do  
100 estado pela interiorização das ações de saúde, o Programa de Cardiologia com redução  
101 de 40% de mortes e também o programa á ser implantado de Oncologia com o governo  
102 estadual gastando além dos 12% 350 milhões no ano de 2023. O conselheiro Marcelo  
103 com a palavra disse que depois de Dr. Jhony com Renata Nóbrega, o estado tem  
104 passado por incrementos e investimentos de apoio aos municípios, citando que a fila de  
105 laqueaduras da Maternidade Cândida Vargas foi zerada, elogiando a criação do PB  
106 Saúde, bem como o incremento dos Transplantes de Coração que só no ano passado  
107 foram realizados sete transplantes. Como nada mais havia a ser tratado, o presidente  
108 deu por encerrada a reunião, eu Maria Elisabete de Melo transcrevi a presente ATA,

o que va

nte. este

ogramma c

efecto C

109 assinada por mim e pelos demais presentes.

110

111 Adris Henrique de Oliveira Bezerra -

112 Afonso Vieira Lianza Filho -

113 Antonio Eduardo Cunha -

114 Carinne Boto Fonseca -

115 Cledison Maia da Silva -

116 Edson Cruz da Silva -

117 Erica Simone Barbosa Dantas -

118 Fagno Roberto Alvarenga Santana -

119 Francisco Carlos Bezerra -

120 Íber Câmara de Oliveira -

121 Jamacyr Mendes Justino -

122 Jaqueline Vitorino da Costa -

123 Jeová Silva Correia -

124 Joelma Greicy Fernandes Lira -

125 Marcelo Melo Rodrigues -

126 Pedro Paulo Araújo Peixoto -

127 Renata Valéria Nóbrega -

128 Severina Maria Santos Ribeiro -

129 • Maria Elisabete de Melo *Maria Elisabete de Melo.*

 João Pessoa, 10 de maio de 2024.

João P